

ATA Nº 70 /2017 DA REUNIÃO DA MESA DE DIÁLOGO E NEGOCIAÇÃO PERMANENTE COM OCUPAÇÕES URBANAS E RURAIS E OUTROS GRUPOS ENVOLVIDOS EM CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS E FUNDIÁRIOS – instituída pelo Decreto NE nº 203, de 1º de julho de 2015, alterado pelo Decreto NE nº 520, de 28 de setembro de 2016.

No dia 21 do mês de fevereiro de 2017, nas salas 6 e 7 do 1º andar do Edifício Gerais, na Cidade Administrativa, realizou-se reunião com o objetivo de propor alternativas para a solução pacífica dos conflitos fundiários na Ocupação William Rosa, em Contagem-MG.

Neila Batista, representante da Secretaria de Estado de Governo (Segov), coordenou a reunião, abrindo os trabalhos com uma rodada de apresentação dos participantes, conforme lista de presença anexa, que substituirá a assinatura dos presentes. Em seguida passou a palavra para Lacerda Santos, representante do Movimento Luta Popular, que fez um histórico da ocupação. Lacerda disse que as cerca de 400 famílias estão no local há mais de três anos e que nesse intervalo de tempo chegaram a fazer acordos com a gestão anterior da Prefeitura Municipal de Contagem que, segundo ele, se comprometeu a doar um terreno às famílias e que os Governos Federal e Estadual também acompanhariam o caso. Informou que já estava tudo acertado, mas que a CeasaMinas não fez a parte dela no acordo. Ressaltou que os Deputados Estaduais, Rogério Correia e Marília Campos ajudaram bastante no processo de negociação.

Vinícius Morato, Secretário Municipal de Habitação de Contagem, disse que apesar do compromisso de doar um terreno para os ocupantes ter sido feito pela administração passada, a atual gestão da Prefeitura Municipal de Contagem também tem o interesse de resolver o conflito, mas esbarra na dificuldade de encontrar uma área para destinar às famílias.

Cleber Lago do Valle Mello Filho, Coordenador Geral de Movimentos Urbanos, representante da Secretaria de Governo Federal, salientou que o processo para reassentar as pessoas leva tempo, devido à burocracia para se conseguir o terreno, fazer o projeto, enquadrar os moradores nos programas de habitação, etc. Disse que nesse sentido, a CeasaMinas e o judiciário local devem entender a importância de se suspender, provisoriamente, o processo de reintegração de posse.

Jorge Munchen, representante do Ministério das Cidades, parabenizou a Mesa de Diálogo pela iniciativa de trazer novamente em pauta o conflito da Ocupação William Rosa e complementou dizendo que algumas coisas precisam ser esclarecidas para a efetivação da solução. Considerou que enquanto mediadores na busca da solução

pacífica, que atenda às partes, não significa que essa solução seja sempre com habitação e que não deve haver essa obrigatoriedade durante a mediação do conflito. Segundo ele, a habitação seria apenas um dos caminhos para a conclusão. Sugeriu que o cadastro das famílias, feito pela Prefeitura Municipal de Contagem, fosse analisado junto ao cadastro dos programas de habitação, pois acredita que isso facilitaria o processo de enquadramento das famílias nos programas habitacionais.

Lucas de Oliveira, Secretário Executivo da Mesa de Diálogo se mostrou preocupado com alguns posicionamentos da Prefeitura Municipal de Contagem. Disse que Contagem é o segundo maior município do estado, com o terceiro maior PIB de Minas Gerais e que devido a isso, ele acredita na possibilidade de se encontrar uma área para os ocupantes, caso o processo de busca seja otimizado.

Edmundo Antônio Dias, Procurador do Ministério Público Federal, informou que o terreno previsto para as famílias é o mesmo onde há a ocupação. Considerou essa informação importante para o desdobramento das negociações.

Nívia Mônica da Silva, Promotora de Justiça do Ministério Público de Minas Gerais, acredita que a Mesa de Diálogo poderia criar um grupo para acompanhar as buscas por um terreno no município de Contagem. Segundo ela, deve se criar soluções para as famílias e que a retirada delas do local para viverem na marginalidade não adianta. Sugeriu a criação de um relatório para o juiz tomar conhecimento que o conflito está sendo tratado de maneira mais ampla.

Fernanda Barajas, Assessora Jurídica da PMMG disse que as tratativas da Mesa de Diálogo não chegam ao juiz, que cobra uma atitude da Polícia Militar. Fernanda propôs que as ações da Mesa de Diálogo fossem enviadas ao judiciário, com o objetivo de dar respaldo aos trabalhos de mediação.

Cleber Lago levantou a possibilidade de existir, na região de Contagem, alguma área pertencente à União, para se tentar uma negociação.

Cristiane Franco, moradora da Ocupação William Rosa ponderou que, durante a administração pública municipal do governo passado, houve uma conversa com a CeasaMinas, onde saiu a proposta de que os próprios moradores e o Movimento Social procurassem uma nova área. Disse que foram encontrados dois terrenos, mas que por interesses políticos e pessoais, não fizeram nada pelas famílias. Salientou que um desses terrenos possui 10 mil metros quadrados, e que apesar da Caixa Econômica Federal ter visitado o local junto com as pessoas, ela não fez os trâmites necessários. Segundo Cristiane, na ocupação vivem cadeirantes, doentes e muitas crianças. Para ela, a Prefeitura Municipal de Contagem deveria se envolver mais com essas pessoas e

encontrar uma solução adequada para elas. Concluiu dizendo que os moradores não lutam pelo terreno, e sim por moradia digna.

Neila questionou ao representante da CeasaMinas, Dênio Pires Silva, chefe do departamento jurídico da empresa, sobre o interesse da CeasaMinas em suspender o processo de reintegração de posse. Ele respondeu que, por ele, não existe essa possibilidade, e que veio até a reunião para ouvir e se colocar à disposição para ajudar, de alguma forma no processo.

Diante da resposta de Dênio, Edmundo Dias indagou ao representante da CeasaMinas sobre a possibilidade de ele levar aos seus superiores a solicitação da Mesa de Diálogo para a suspensão do processo de reintegração de posse. Dênio disse que atenderia ao pedido.

Cleber Lago salientou que nesses casos, a solução do conflito é uma questão política. Disse que o argumento do Governo Federal é de que qualquer desocupação gera um desgaste muito ruim para a imagem do governo, e isso não é interessante. Cleber perguntou aos representantes da PMMG sobre o posicionamento da instituição sobre retardar ao máximo a ação de reintegração de posse, diante do quadro de negociação.

Fernanda Baraja informou que a PMMG tem uma diretriz para apoiar as reintegrações de posse e reforçou que quem cumpre reintegração de posse é o Oficial de Justiça, não a Polícia Militar. Segundo ela, a PMMG faz uma avaliação de cada ocupação e, dependendo da situação do local, comunica o juiz sobre a impossibilidade de apoiar a ação.

Ao final da reunião foram definidos os seguintes **encaminhamentos**:

- Será criado um Grupo de Trabalho para uma força-tarefa que vai trabalhar para encontrar um terreno para as famílias. O GT terá a seguinte composição:
 - CJUS: Alberto Diniz
 - Ministério Público Estadual: Afonso Henrique e Nívia Mônica da Silva
 - CeasaMinas: Dênio Pires Silva e Altamir José Ferreira
 - Ministério da Agricultura: os membros serão informados posteriormente pelos representantes do governo federal, Cleber Lago do Valle Mello Filho e Jorge Munchen.
 - Defensoria Pública-MG: Ana Claudia da Silva Alexandre
 - Prefeitura Municipal de Contagem: Vinícius Morato - Secretário Municipal de Habitação de Contagem.

- Representantes do governo federal: Cleber Lago do Valle Mello Filho e Jorge Munchen.
- Caixa Econômica Federal: Ana Lúcia Brangioni
- Os representantes do governo federal farão uma articulação junto à CeasaMinas para tentarem a suspensão da reintegração de posse e verificarão, junto à SPU, a possibilidade de se destinar algum imóvel para a solução de moradia para as famílias.
- A Mesa de Diálogo encaminhará esta ata no dia 22/02/2017 ao Tribunal de Justiça.
- A PMMG comunicará à Mesa de Diálogo sempre que receber notificação sobre Ação de Reintegração de Posse, para que sejam tomadas as providências de negociação.